

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PELA**  
**INTERNET**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DESTINADOS A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

**DADOS DO INTERESSADO:**

Empresa.....

Endereço.....

CNPJ: ..... CEP: .....

Fone.....Fax.....Obs.....

Nome.....

R.G..... Cargo/Função .....

e-mail: .....

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara que teve acesso a documentação, contendo na íntegra: edital, lei municipal, referente a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2023**.

\_\_\_\_\_  
**Adquirente/ Assinatura**

Ribeirão Pires, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, para o e-mail [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**PROCESSO N.º 1322/2023**

**TIPO:** Técnica e Preço.

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário, previsto na Lei n. 12.232/2010 e complementarmente pela Lei 8.666/93

**OBJETO:** Contratação de agência de propaganda e publicidade para prestação de serviços publicitários destinados a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**DATA DE ENCERRAMENTO:** 14/09/2023 às 08:30 horas

**DATA DE ABERTURA:** 14/09/2023 às 09:00 horas

## **1. PREÂMBULO**

1.1. Tornamos público que por autorização do Secretário Chefe de Gabinete, em cumprimento à programação de comunicação, acha-se aberta nesta Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, CNPJ n.º 46.522.967/0001-34, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA do tipo TÉCNICA E PREÇO, para a finalidade acima indicada, a qual será regida pela Lei Federal nº 12.232/2010, com aplicação complementar das Leis nº 4.680/1965 e 8.666/1993, e será processada pelo regime de execução indireta, em conformidade com as disposições deste Edital, através da Comissão Permanente de Licitações – COPEL e Subcomissão Técnica.

1.1.1. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na página eletrônica da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires no endereço: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br) e endereço constante do item 1.2 deste.

1.1.2. O invólucro nº 1 deverá ser retirado nos termos do subitem 5.2.5 deste Edital.

1.2. Os invólucros das Propostas Técnicas e de Preços deverão ser apresentados no dia 11/09/2023, às 09:00 horas impreterivelmente, na sala de licitações da Secretaria de Finanças e Administração, quando serão recebidos e abertos os invólucros na forma prevista neste Edital, sendo convocadas posteriormente as agências classificadas no julgamento final, para apresentarem o invólucro nº 5 contendo os documentos de habilitação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

1.3. No ato da entrega dos invólucros das Propostas Técnicas e de Preços, o representante da licitante apresentará à Comissão Permanente de Licitações o documento que o credencia a participar deste certame, juntamente com seu documento de identidade de fé pública.

1.3.1. Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente da licitante, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembléia de eleição do dirigente.

1.3.2. Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o **Anexo III**. Na hipótese de apresentação por intermédio de procuração, deverá ser juntada a cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

1.3.2.1. Todos os documentos poderão ser apresentados no original, ou por meio de cópias autenticadas (a critério do (a) licitante), ou por meio de cópias simples, caso em que o interessado deverá exibir o original para comparação e atestação da autenticidade pelos membros da Comissão de Licitação, na própria sessão, ou por meio de autenticidade digital, ou por cópia extraída pela Internet, ou por publicação oficial.

1.3.2.2. A Comissão procederá ao reconhecimento de cópias simples, à vista dos documentos originais apresentados, para fins de comparação e atestação da autenticidade, desde que os originais estejam entregues fora dos envelopes, sendo devolvidos os originais à licitante, na sessão de abertura do certame, se for o caso.

1.3.2.3. Caso sejam apresentados apenas documentos originais, desacompanhados de respectivas cópias simples, eles deverão estar contidos num envelope apartado identificado como "DOCUMENTAÇÃO".

1.3.3. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

1.3.4. A documentação apresentada na primeira sessão credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de substituição do representante no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

1.3.5. Caso a licitante não se faça representar nas sessões de abertura dos invólucros, deverá encaminhar as Propostas Técnica e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos invólucros diretamente à Comissão de Licitações, na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, bem como, os documentos referentes à Habilitação quando da convocação específica para sua apresentação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**2. OBJETO DA LICITAÇÃO**

2.1. Esta concorrência tem por objeto a contratação de agência de propaganda e publicidade, especializada na prestação de serviços publicitários, destinados à Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, que possibilite o atendimento das políticas públicas do setor, relativas às campanhas institucionais, educativas e de utilidade pública, compreendendo os serviços indicados no subitem 2.1.1 e 2.1.2.

2.1.1. Considera-se, para fins desta licitação, como serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de difundir ideias ou informar o público em geral, através de ações publicitárias e de outras ações destinadas a complementar os esforços de comunicação social, nos termos do art. 37 da CF/88.

2.1.2. Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no item 2.1.4 deste edital;

b) à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;

2.1.3. Os contratos de serviços de publicidade terão por objeto somente as atividades previstas nos itens 2.1.1 e 2.1.2, vedada à inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza, as quais serão contratadas por meio de procedimentos licitatórios próprios, respeitado o disposto na legislação em vigor.

2.1.4. As pesquisas e avaliações previstas na letra “a” do item 2.1.2 terão a finalidade específica de gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da Prefeitura, o público alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças, aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

2.1.5. É vedada a inclusão nas pesquisas e avaliações de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação publicitária ou com o objeto do contrato de prestação de serviços de publicidade.

2.1.5.1. Não está contemplada no objeto desta licitação a divulgação de publicidade oficial, assim entendida a publicação de documentos e informações determinadas por força de lei

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

ou regulamento veiculado via Imprensa Oficial (Editais, extratos de Contrato e outras publicações legais).

2.1.6. Os serviços previstos no item 2.1.2. não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.7. Os serviços objeto da presente licitação abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, e deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

2.1.8. A agência de propaganda e publicidade contratada nos termos deste Edital só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem da Prefeitura, se previamente os identificar e tiver sido expressamente autorizada por ela.

2.2. Os serviços objeto da presente Concorrência serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

2.2.1. A agência vencedora atuará por ordem e conta da Prefeitura, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o item 2.1.2., e de meios de divulgação, se for o caso, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.2.2. vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para a execução dos serviços compreendidos no objeto do edital.

**2.3. Detalhamento do Objeto**

2.3.1. Os serviços previstos neste projeto irão contemplar:

- a) O planejamento, conceituação, concepção de campanhas para o público interno e externo;
- b) Criação, roteirização, finalização, implementação, intermediação e supervisão da produção de todas as peças planejadas e propostas;
- c) A sugestão, a criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;
- d) Planejamento de mídia e não mídia para a campanha interna e externa, independentemente da utilização ou não dos planos sugeridos;
- e) Supervisão da produção de todas as peças sugeridas e aprovadas;
- f) Distribuição das peças produzidas conforme o plano de mídia e não mídia;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

g) Reuniões com a equipe da Comunicação, para aprovação de cada passo (da ideia à arte-finalização);

h) Pesquisas de pré-teste e pós-teste vinculadas à concepção e criação da campanha interna e externa, incluindo todas as peças e materiais publicitários (Nas avaliações de pré-teste e pós-teste, é vedada a inclusão de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com cada ação publicitária específica ou com o objeto do contrato desta prestação de serviços de publicidade);

i) A entrega, para fins de arquivo, de duas cópias (impressas e gravadas em mídia digital) de todo o material produzido;

j) A guarda, para solicitação a qualquer tempo, de cópias do material criado pela agência;

2.3.2. O objeto da presente licitação está especificado detalhadamente no "Briefing" (Anexo I), que servirá de base para a pontuação da avaliação técnica e será parte integrante do edital.

2.3.3. Os serviços de publicidade contratados terão por objeto somente as atividades previstas no artigo 2º, caput e §1º da Lei 12.232/2010, vedada à inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

### **3. DAS CONDIÇÕES E IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar da presente licitação – e de forma isolada – agências interessadas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, ou seja, empresas qualificadas como Agências de Propaganda e Publicidade, nos termos do disposto no Artigo 3º da Lei Federal nº 4.680/65, legalmente constituídas, que comprovarem sua habilitação e que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, doravante designadas licitantes.

3.2. Para a análise das condições de participação das licitantes, também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CADIN), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

#### **3.2. IMPEDIMENTOS A PARTICIPAÇÃO:**

a) Não poderão participar desta licitação empresas sob processo de concordata, falência, concurso de credores, insolvência, recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

a.1.) As empresas em recuperação judicial poderão participar, desde que a licitante apresente, durante a fase de habilitação, o correspondente plano de recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

b) Não será permitida a participação de pessoa física;

c) Os impedidos nos termos do Artigo 9º da Lei 8.666/1993;

d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

e) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Ribeirão Pires, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

f) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas por qualquer ente federativo;

3.2.1. Dada à natureza do objeto licitado, não serão admitidas neste certame empresas agrupadas sob a forma de consórcio.

#### **4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS INVÓLUCROS**

4.1. Deverão ser apresentados na licitação **05 (CINCO) INVÓLUCROS** fechados e indevassáveis, os quais deverão conter os documentos relativos à PROPOSTA TÉCNICA, através dos invólucros 01, 02 e 03; PROPOSTA DE PREÇOS invólucro 04 e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO invólucro 05, constando na parte externa, os dizeres indicados nos descritivos de cada um.

**4.1.1. O invólucro nº 01 não deverá trazer nenhuma inscrição em sua parte externa, e deverá ser retirado na forma estabelecida no subitem 5.2.5 deste Edital.**

#### **5. ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA – INVÓLUCROS 01, 02 e 03.**

5.1. A proposta técnica deverá conter:

5.1.1. Proposta Técnica digitada – *mecânica, elétrica ou eletronicamente* – em original, com escrita em uma só das faces de cada folha, sem rasuras, emendas, em idioma nacional, sendo que a mesma, deverá contemplar, de forma clara e precisa e, sob pena de desclassificação, o que segue:

5.1.1.1. A Proposta Técnica versará, necessariamente, sobre os seguintes quesitos:

5.1.1.1.1 “Plano de Comunicação Publicitária”,
5.1.1.1.2 “Capacidade de Atendimento”,
5.1.1.1.3 “Repertório”,

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

5.1.1.1.4 “Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação”.
--

5.1.1.1.1 – “Plano de Comunicação Publicitária”:

a) A licitante deverá apresentar Plano de Comunicação Publicitária elaborado com base no **Briefing (ANEXO I do presente Edital)**, no qual deverão estar compreendidos os seguintes sub quesitos: **Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Idéia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia**, conforme segue:

**a.1) Raciocínio Básico:** Compreendido de texto com – no máximo – 04 (quatro) laudas, no qual a licitante deverá demonstrar seu entendimento sobre as informações apresentadas no **Briefing (ANEXO I do presente Edital)**.

**a.2) Estratégia de Comunicação Publicitária:** Compreendida de texto com – no máximo – 04 (quatro) laudas, no qual a licitante deverá apresentar o conceito e o partido temático que, de acordo com o seu raciocínio básico, devem fundamentar a comunicação e/ou a solução do problema específico de comunicação da Prefeitura e defenderá essa opção.

**a.3) Ideia Criativa:**

I - Compreendida de texto no qual a licitante limitar-se-á a apresentar a síntese da estratégia de comunicação publicitária, expressa sob a forma de uma redução de mensagem, que pode ou não assumir a forma de um *slogan*, passível de ser utilizado em ações de comunicação da Prefeitura. A ideia criativa deve constituir uma proposta de solução para o problema específico de comunicação;

II - Compreendida de campanha publicitária com exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução para o problema específico de comunicação e demonstre sua harmonia com a redução de mensagem de que trata a letra a.4 deste item (Estratégia de Mídia e Não Mídia). Os exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a campanha, estão limitados a um total não superior a **7 (sete) peças**, e poderão ser apresentados sob a forma de roteiro e/ou storyboard impresso para o filme; roteiro e/ou “monstro” para spots; leiaute impresso e/ou monstros para peças de internet; leiaute ou impresso para peças de mídia impressa e exterior; e leiaute impresso ou monstros para peças acabadas para os exemplos de não mídia. Se a campanha proposta pela licitante previr um número de peças e ou materiais e ou ações, superior ao que pode ser corporificado como exemplos, deverão ser elaboradas duas listas: uma para as peças e ou materiais e ou ações, apresentados como exemplos que corporifiquem objetivamente a campanha, **limitados a 7(sete) peças, sob pena de desclassificação**, e outra para o restante das peças que compõem a campanha. Para todas as peças compreendidas no limite fixado, deverão ser contabilizados os custos de produção e veiculação se houver.

**a.4) Estratégia de Mídia e Não Mídia:**

I - Compreendida de texto com – no máximo – 04 (quatro) laudas, no qual a licitante, de acordo com as informações do **Briefing (ANEXO I do presente Edital)**, deverá demonstrar capacidade para atingir os principais públicos-alvo da campanha e indicará o uso dos recursos de comunicação próprios da Prefeitura, sendo permitida a inclusão de tabelas,



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

gráficos ou planilhas. As tabelas, gráficos e planilhas integrantes do subquesto Estratégia de Mídia e Não Mídia podem ter fontes e tamanhos de fontes habitualmente utilizados nesses documentos, poderão ser editados em cores e poderão ser apresentadas na orientação “paisagem”;

II - A licitante deverá apresentar plano de distribuição das peças na forma de planilha, tabelas, gráficos e anexos, que não serão contadas no limite máximo de laudas ao qual se refere o item anterior;

III - No cálculo da distribuição dos custos para a produção e veiculação da campanha de que trata o item 5.1.1.1.1 (Plano de Comunicação Publicitária), a licitante deverá utilizar como referencial uma verba de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo período de 30 (trinta) dias**, a ser considerado na simulação de mídia. As inserções, nos veículos de comunicação, deverão ser consideradas por seus valores brutos, observados os valores de tabela cheia, vigentes na data de publicação do aviso deste Edital. Devem ser desconsiderados os custos internos e honorários sobre os serviços especializados de produção de peças de divulgação, de peças e materiais de não mídia e das ações de comunicação;

IV - A critério da Prefeitura, a campanha publicitária da futura contratada, relacionada ao Briefing, poderá – ou não – vir a ser produzida e veiculada, com ou sem modificações, durante a vigência do futuro contrato.

5.1.1.1.2. Deverão constar da Proposta Técnica – ainda e obrigatoriamente – os seguintes itens não sujeitos à pontuação, ou seja, à Valoração da Proposta Técnica da qual trata o item 11.7 do presente Edital;

5.1.1.1.3. Não se admitirá, em hipótese alguma, que o mesmo profissional integre a equipe técnica de mais de uma Agência de Propaganda licitante;

5.1.1.1.4. A indicação dos profissionais componentes da equipe técnica deverá vir acompanhada de declaração formal de disponibilidade firmada por cada um dos técnicos indicados e relacionados. Caso pretenda a Agência substituir qualquer profissional que tenha sido indicado na licitação, o substituto, deverá ser consultado previamente e exigir do mesmo a comprovação de experiência equivalente ou superior a do substituído.

5.1.1.1.5. A equipe técnica mínima necessária à execução dos serviços deverá contemplar, pelo menos, 10 (dez) profissionais com os seguintes perfis:

<b>Profissionais</b>	<b>Quantidade Mínima</b>
Estudo e Planejamento	02
Criação	03
Produção Gráfica	01
Mídia	02
Atendimento	01
Produção de RTV	01

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

5.1.1.1.6. A “**Capacidade de Atendimento**” - compreendida de textos na qual a licitante deverá apresentar:

a) Relação nominal dos principais clientes atendidos com a data de início de atendimento de cada um deles:

b) Quantificação e qualificação, sob a forma de currículo resumido (constando, no mínimo: nome, formação e experiência dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do futuro contrato, considerados a equipe mínima exigida, discriminando-se as áreas de estudo e planejamento, criação, produção de rádio e TV, produção gráfica, mídia e atendimento, com a indicação, caso a caso, dos profissionais que permanecerão disponíveis para a realização dos serviços, nos termos dispostos no item 5.1.1.1.3.

c) Instalações, infraestrutura e recursos materiais disponíveis para a execução do futuro contrato;

d) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pelo setor de atendimento da licitante, na execução do futuro contrato, incluídos os prazos a serem cumpridos, em condições normais de trabalho, para a criação de peça avulsa ou campanha, bem como a elaboração de plano de mídia;

Discriminação das informações de comunicação e *marketing* que colocará regularmente à disposição da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, sem ônus adicional, durante a execução do futuro contrato.

**5.1.1.1.7. – “Repertório”:**

a) A licitante deverá apresentar um conjunto de trabalhos produzidos e/ou veiculados por ela, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais deverá estar incluída apresentação sucinta do problema que as peças se propuseram a resolver.

b) A licitante poderá apresentar peças para os seguintes meios de veiculação: TV, rádio, revista, jornal, material gráfico (folder, cartaz, folheto e etc), outdoor/mídia exterior e internet, no máximo de 05 (CINCO) peças, independente do meio de comunicação ou distribuição.

c) Cada peça deverá conter: ficha técnica com as informações da data de produção, período de veiculação, distribuição e indicação, se for o caso, pelo menos um veículo que a divulgou e poderá ser apresentada em papel A4 ou A3 dobrado.

d) Para a exibição, os formatos poderão ser em: DVD, WMV e AVI, e os *spots* e/ou *jingles*, em CD de áudio (WMA, MP3, etc.) e as peças de materiais gráficos poderão deverão ser apresentadas já produzidas, não sendo aceitos layouts.

**5.1.1.1.8. – “Relatórios de Soluções de Problemas de Comunicação”:**

a) A licitante deverá apresentar até 2 (dois) *cases*, relatando – em no máximo 2 (duas) laudas cada - soluções de problemas de comunicação, referendados pelos respectivos anunciantes.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

b) Será permitida a inclusão de até 05 (cinco) peças de qualquer tipo, para cada relato apresentado. Materiais de TV e Rádio deverão ser apresentados em DVD ou CD. As peças e materiais gráficos deverão ser apresentados já produzidos, não sendo aceitos layouts.

**5.2. FORMA DE APRESENTAÇÃO - INVÓLUCRO Nº 1- PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA NÃO IDENTIFICADA.**

5.2.1. Invólucro nº 1, Proposta Técnica: O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia), não poderá ter nenhuma identificação na parte externa, para preservar – até a abertura do Invólucro nº 2 – o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária.

5.2.2. A Comissão de Licitações só aceitará o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no Invólucro nº 1 fornecido obrigatoriamente pela **COPEL**, a pedido da licitante interessada na presente licitação.

5.2.3. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada deverá ser redigido em língua portuguesa – salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente –, com clareza, sem emendas ou rasuras, em 1 (uma) via, da seguinte forma:

- Em papel A4, branco – orientação retrato – 75 gramas;
- Com espaçamento de 2 cm nas margens direita e esquerda, a partir da borda;
- Sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;
- Com textos justificados;
- Com espaçamento “simples” entre linhas;
- Com texto em fonte “arial”, tamanho 12 pontos, estilo “normal”, cor automática”;
- Com numeração em todas as páginas, em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;
- Em caderno único, encadernado com espiral preto na vertical à esquerda;
- Capa e contracapa em papel A4 branco – 90 gramas;
- Sem identificação da licitante.

5.2.3.1. As especificações do subitem 5.2.3, se aplicam no que couber, excepcionalmente, ao subquesto Ideia Criativa.

5.2.3.2. Os exemplos de peças mencionados na letra a.3 II do item 5.1.1.1.1., poderão ser impressos em tamanho real ou reduzido, desde que não prejudique sua leitura, sem limitação de cores, tipo de papel ou gramatura, sem passe-partout. Peças que não se ajustem às dimensões do Invólucro nº 01 poderão ser dobradas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

5.2.3.3. Textos e layouts não inseridos no referido caderno serão desconsiderados no julgamento.

5.2.3.4. Os protótipos (“monstros”) serão apresentados em uma via.

5.2.4. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria.

5.2.5. O invólucro nº 1 deverá ser retirado pela interessada, no período compreendido entre 08:00 e 17:00 horas, no endereço constante do preâmbulo deste edital, na Gerência de Suprimentos, nesta cidade.

**5.3. INVÓLUCRO Nº 2 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA**

5.3.1. A parte externa do invólucro deverá conter os seguintes dizeres:

**Nome empresarial e CNPJ da licitante**  
**Concorrência nº 003/2023**  
**Proposta Técnica – Plano de Comunicação**  
**Publicitária – Via Identificada**  
**Invólucro nº 02**  
**Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia**

5.3.2. O Invólucro nº 2 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

5.3.2.1. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem a Ideia Criativa, deverá constituir-se de mesmo conteúdo da via não identificada com a identificação da licitante em papel timbrado, e ser datado e assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

**5.4. INVÓLUCRO Nº 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO.**

5.4.1. A parte externa do invólucro deverá conter os seguintes dizeres:

**Nome empresarial e CNPJ da licitante**  
**Concorrência nº 003/2023**  
**Proposta Técnica**  
**Invólucro nº 03**  
**Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de**  
**Soluções de Problemas de Comunicação**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

5.4.2. O Invólucro nº 3 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

5.4.3. O Invólucro nº 3 e os documentos nele acondicionados, em caderno único (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada (invólucro nº 1) e que permita identificar a autoria deste antes da abertura do Invólucro nº 2.

**6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES – INVÓLUCRO Nº 04**

**6.1. INVÓLUCRO 04 – DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1.1. A parte externa do invólucro deverá conter os seguintes dizeres:

**Nome empresarial e CNPJ da licitante**  
**Concorrência nº 003/2023**  
**Proposta de Preços**  
**Invólucro nº 04**

6.1.2. O Invólucro nº 4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

6.1.3. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras. A Proposta deverá ser datada e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

6.2. Proposta de Preços, com base nos termos do modelo sugerido (**ANEXO II**), digitada, mecânica, elétrica ou eletronicamente, em original, em uma única via, com escrita em uma só das faces de cada folha, sem rasuras, emendas, em idioma nacional, contendo o nome da licitante, a razão ou denominação social e endereço completo, devidamente datada e assinada, com a respectiva identificação e indicação do cargo de quem a assina, sendo que a mesma deverá contemplar, de forma clara e precisa e, sob pena de desclassificação, o que segue:

6.2.1. Proposta da licitante sobre o desconto percentual, oferecido em relação aos seus custos internos, baseados na tabela de custos referenciais **VIGENTE, DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DE SÃO PAULO;**

6.2.2. Honorários percentuais a serem cobrados, incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição proporcione o desconto de agência a ser concedido pelos veículos de divulgação;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

6.2.3. Honorários percentuais a serem cobrados, incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição NÃO proporcione o desconto de agência que é concedido pelos veículos de divulgação;

6.2.4. Honorários percentuais a serem cobrados, sobre os custos comprovados de outros serviços incumbidos a terceiros, sob supervisão da licitante, observando-se que, os referidos honorários limitam-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento de serviços ou suprimentos;

6.2.5. Declaração na qual a licitante expressará:

a) o compromisso de cessão definitiva, irrevogável e irretratável à Prefeitura dos direitos de uso dos trabalhos efetivados pela agência, considerando-se já incluídos no custo de produção o valor dessa cessão, especialmente no que se refere aos direitos de autoria intelectual, ressalvados os direitos de terceiros;

b) o compromisso de licenciamento de uso por, no mínimo 6 (seis) meses, já incluído no cachê, dos direitos de imagens (atores/atrizes e modelos), vozes, ou obras consagradas;

c) o compromisso de obter, junto a terceiros, fornecedores e veículos de divulgação, os melhores descontos praticados no mercado em cada ocasião; no caso de fornecedores, o compromisso de apresentar, 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos, cadastrados pela Prefeitura;

6.3. Os percentuais ofertados pelo licitante deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto deste Edital, inclusive materiais de uso e consumo necessários à prestação dos serviços contratados prestados pela Contratada, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão dos serviços por ela prestados, originários do objeto deste Edital, não cabendo à Prefeitura quaisquer custos adicionais, com relação aos mesmos;

6.4. A Agência de Propaganda e Publicidade que vier a ser contratada garantirá a transferência ao Município de Ribeirão Pires de toda e qualquer vantagem obtida nas negociações de preços e/ou condições de pagamento junto a veículos e a fornecedores.

6.5. Os preços a serem praticados na execução dos serviços afetos à Contratada terão como parâmetro a Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo vigente nas datas das respectivas emissões das Ordens de Serviço.

6.5.1. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem propostas com valor superior ao montante referencial máximo, que desatenderem à Tabela Referencial de Preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo (SINAPRO/SP) ou que consignarem preços inexecutáveis.

6.5.2. Os preços deverão abranger todos os custos necessários ao cumprimento dos serviços afetos à Contratada, inclusive todos os custos referentes a impostos, taxas, transportes, mão-de-obra, despesas com deslocamento de equipamentos, deslocamento de pessoal, estadas, diárias, supervisão, direção e administração dos serviços, encargos

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como todos os custos diretos, indiretos e quaisquer outros necessários ao cumprimento dos mencionados serviços, objeto da presente licitação, do que se excluirá qualquer solidariedade da Prefeitura por eventuais inadimplementos e/ou atuações da Contratada.

6.5.3. Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade das licitantes e não lhes assistirá o direito de pleitear, em sendo contratada, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5.4. A não explicitação de qualquer despesa necessária à perfeita realização do serviço afeto à Contratada, será interpretada como não existente ou já incluída no preço ofertado, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura dos Invólucros de propostas de preços e, em sendo contratada, na vigência do contrato.

6.5.5. A validade de condições da proposta é de no máximo 60 (sessenta) dias corridos da data designada para a entrega dos invólucros, podendo ser solicitada a prorrogação da validade da mesma, se necessário for.

**7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO INVÓLUCRO Nº 5 – DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**

7.1. O Invólucro nº 5 - DOCUMENTAÇÃO deverá conter no seu interior, em UMA VIA, os documentos enumerados e encadernados na mesma sequência disposta a seguir, que deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, desde que regularmente autenticada, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial, após a convocação para sua apresentação pelas Agências classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e Preços.

7.2. A parte externa do invólucro deverá conter os seguintes dizeres:

**Nome empresarial e CNPJ da licitante**  
**Concorrência nº 003/2023**  
**Documentos de Habilitação**  
**Invólucro nº 05**

7.3. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Permanente de Licitações.

**7.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Instrumento de inscrição de Empresário individual (antigo "Requerimento de Empresário"), devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial, caso a pessoa se apresente como **Empresário Individual**.

b) "Ato Constitutivo de Empresário de Responsabilidade Limitada" em se tratando de **Sociedade Limitada Unipessoal**, conforme artigo 41 da lei 14.195/21 (antiga EIRELI),

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

devidamente registrado na Junta Comercial (**se natureza empresária**) ou no Registro Civil de Pessoa Jurídica (**se natureza simples**).

c) “Certificado de Condição de Microempreendedor Individual” (**CCMEI**), documento atualizado da condição de **Microempreendedor individual**;

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de suas respectivas alterações, em se tratando de **Sociedade Empresária** (caso este documento tenha sido entregue juntamente com o credenciamento da Licitante não será necessário sua inclusão no envelope “Documentos de Habilitação”);

e) Documentos de eleição dos atuais administradores, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior (Estatuto), em se tratando de **Sociedade por Ações** (caso este documento tenha sido entregue juntamente com o credenciamento da Licitante não será necessário sua inclusão no envelope “Documentos de Habilitação”);

f) Ato Constitutivo ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e/ou na Junta Comercial, acompanhado de suas respectivas alterações bem como de prova da diretoria em exercício, em se tratando de **Sociedade Simples** (caso este documento tenha sido entregue juntamente com o credenciamento da Licitante não será necessário sua inclusão no envelope “Documentos de Habilitação”);

g) Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, em se tratando de **Empresa ou Sociedade estrangeira** em funcionamento no País (caso este documento tenha sido entregue juntamente com o credenciamento da Licitante não será necessário sua inclusão no envelope “Documentos de Habilitação”).

#### **7.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica expedido pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser licitado.

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do documento “Certificado de Regularidade do FGTS – CRF”, expedido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, cuja aceitação, condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e tributos federais através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, expedida pela Secretaria da Receita Federal



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

### **Comissão Permanente de Licitações**

do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751/14, cuja aceitação, condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitido pelo Tribunal Superior de Trabalho – CNDT, cuja aceitação, condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet.

#### **7.5.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS:**

a) ESTADUAL, através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de **Débitos Inscritos** relativos aos Tributos Estaduais” ou “Declaração de Não Contribuinte” do domicílio ou sede da Licitante;

b) MUNICIPAL, através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Mobiliários Municipais” do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

#### **7.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data prevista para a sessão de abertura da proposta;

7.6.1.1. No caso de sociedades por ações, esses documentos deverão estar acompanhados da ata de aprovação devidamente arquivada e registrada no órgão competente;

7.6.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial do Foro da sede da Licitante, emitido em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e a da abertura da sessão pública;

7.6.3. Apresentação do Cálculo do índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela licitante segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, com desprezo de todas as demais, demonstrando possuir índice igual ou maior que **1,00 (um)**:

$$\text{ILC} = (\text{AC} \div \text{PC})$$

EM QUE:

$$\text{AC} = \text{ATIVO CIRCULANTE}$$
$$\text{PC} = \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

7.6.4. Apresentação do Cálculo do índice Liquidez Geral (ILG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, com desprezo de todas as demais, demonstrando possuir índice igual ou maior que **1,00 (um)**:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

$$ILG = [(AC+RLP) \div (PC+ELP)]$$

EM QUE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

7.6.5. Comprovação de que o capital social ou patrimônio líquido da licitante não se apresenta inferior a **4% do valor do contrato a ser firmado**.

### **7.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Declaração na qual se compromete a apresentar, na assinatura do contrato, cópia autenticada do certificado de qualificação técnica de funcionamento de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º, obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda.

b) Indicação das instalações físicas (incluindo endereço do escritório, número do telefone, email etc.) e declaração do aparelhamento técnico que será disponibilizado para a execução do contrato decorrente desta licitação;

c) Atestado, expedido por Órgão Público, Autarquia, Empresa de Economia Mista ou Pública, ou por Empresas Privadas, em nome da licitante, que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação; considerando como serviços pertinentes a criação e divulgação de campanhas institucionais e ou de utilidade pública.

### **7.8 – DECLARAÇÕES**

a) Declaração expressa da Licitante firmada, sob as penas da lei, de que não descumpra as proibições quanto à utilização de mão-de-obra infantil, menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal;

b) Declaração expressa da Licitante que:

b1. Dispõe de possibilidade operacional para prestar os serviços no Município de Ribeirão Pires;

b2. Tem pleno conhecimento dos termos deste edital e que há perfeita condição para a execução dos serviços nele descritos;

b3. Não possui qualquer fato impeditivo para contratação com o serviço público.

7.9 Para efeito de validade das certidões apresentadas, se outro prazo não constar da Lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e a da abertura da sessão pública.

7.10 As Agências cadastradas na Prefeitura, poderão apresentar Cartão de Registro Cadastral (C.R.C.) como prestadora de serviços, com validade na data de apresentação da proposta

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

7.11 As licitantes não inscritas no C.R.C. da PREFEITURA poderão requerer sua inscrição até, no máximo, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada no item 1.2. deste Edital, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, no endereço indicado no preâmbulo.

7.12. Os documentos para cadastramento serão analisados pela Comissão Permanente de Licitações, de cujo parecer dependerá a emissão ou não do C.R.C. ao interessado.

7.12.1 A apresentação do Cartão de Registro Cadastral (C.R.C.), conforme permitido no item 7.10, isenta a proponente da apresentação dos documentos exigidos no item 7.4, letras “a”, “b” e “c” e subitem 7.5., letras “a” e “b”.

## **8 - DESISTÊNCIA DA PROPOSTA**

8.1. Após a entrega dos invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preços, não cabe desistência da proposta salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitações.

## **9 – PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**

9.1. Após a entrega dos invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preços, não cabe desistência da proposta salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitações.

9.2. Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pelos membros da Comissão de Licitações se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar à licitante.

9.2.1. Os membros da Comissão Permanente de Licitações não lançarão nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária.

9.3 A primeira sessão será realizada à hora e dia mencionados no preâmbulo deste edital, com o credenciamento dos representantes conforme procedimentos descritos, no item 1.3. e seus respectivos subitens 1.3.1. à 1.3.5., e com a presença dos membros da Comissão de Licitações.

9.3.1 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e preços.

9.3.2 Será realizada a abertura dos Invólucros nºs 1 e 3 e a verificação e rubrica do conteúdo do invólucro 3 das licitantes; o conteúdo do invólucro nº 1 (apócrifo) apenas será disponibilizado pela Comissão de Licitações para vistas dos credenciados. Depois de procedida a reunião, será elaborada a ata e os licitantes serão informados de que serão convocados para a segunda sessão.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

9.3.3 Os invólucros 1 e 3 serão encaminhados pela Comissão Permanente de Licitações à Subcomissão Técnica para análise e julgamento.

9.4 Na segunda sessão, após avaliação pela Subcomissão Técnica dos invólucros N° 1 e 3, proceder-se-á a abertura do Invólucro N° 2 pela Comissão Permanente de Licitações para:

- a) Cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria;
- b) Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos e subquesitos de cada proposta técnica.

9.5 Feita as respectivas identificações das Propostas Técnicas, anunciando-se a classificação ou não das licitantes, bem como sua ordem de classificação, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, salvo se, presentes os representantes de todos os participantes, houver desistência expressa em recorrer, caso em que será aberto o invólucro nº 4 – Proposta de Preços.

9.6 Às licitantes desclassificadas na Proposta Técnica, serão restituídos os Invólucros nº 04 – Proposta de Preço, que ficarão disponíveis durante o período de 30 (trinta) dias, contados da publicação relativa à fase de Proposta Técnica do certame. Findo este prazo os envelopes que não forem retirados serão destruídos.

9.7 Abertura dos invólucros com as Propostas de Preços, em sessão pública previamente agendada, obedecendo-se ao previsto nos incisos I, II do § 2º do art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.8 Transcorrida esta fase, a Comissão de Licitações procederá a publicação do julgamento final das propostas técnica e de preços, abrindo-se o prazo recursal nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “b” da Lei Federal 8666/93 e, não havendo a interposição de recursos ou transcorrida as questões oriundas dos mesmos, serão convocados os licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação do Invólucro nº 05 - Documentos de Habilitação em sessão pública previamente agendada.

9.9 Anunciado o julgamento relativo à habilitação ou inabilitação dos licitantes será concedido prazo para interposição de recurso, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 109 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993;

9.10 Reconhecida a habilitação dos licitantes será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado, à licitante melhor classificada no julgamento final.

9.11 Os resultados da classificação e habilitação das licitantes, a adjudicação à empresa vencedora e a homologação, serão divulgados mediante publicação na Imprensa Oficial do Município.

9.12 A classificação ou desclassificação, o julgamento das propostas, bem como a habilitação ou inabilitação, implicarão na concessão dos prazos previstos em lei para apresentação de recursos.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

9.13 Durante o prazo para apresentação de recurso e/ou impugnação, estará franqueada “vistas” ao processo de licitação identificado no preâmbulo, mediante requerimento protocolado no mesmo endereço mencionado no preâmbulo deste edital.

9.14 Para que o interessado proceda “vistas” ao processo, deverá apresentar documento de identificação, sendo que nesse ato será lavrado “termo de vistas ao processo”, o qual será devidamente datado e assinado pelo interessado e pelo funcionário que o recepcionou.

9.15 A intimação das decisões referentes à habilitação ou inabilitação, classificação ou desclassificação, bem como o julgamento de propostas, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial do Município, salvo se presentes todos os representantes das licitantes nas respectivas sessões.

9.16 A apresentação de recursos em qualquer fase da licitação deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação na Imprensa Oficial do Município, da lavratura da ata, se presentes todos os representantes das licitantes no ato em que foi tomada a decisão.

9.17 O recurso eventualmente interposto deverá ser encaminhado ao Presidente da Comissão de Licitações, no endereço mencionado no item 1.2, deste edital.

9.18 Interposto o recurso, será comunicado aos demais participantes, que terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para contrarrazoá-lo.

**10. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES e SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

10.1. Esta concorrência será processada e julgada por Comissão de Licitações, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

10.2. As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, conforme estabelecido no § 1º Art. 10 da Lei nº 12.232/2010, composta por 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

10.2.1. Um (01) dos membros da Subcomissão Técnica, não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

10.3. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, mediante relação em que haverá no mínimo 09 (nove) integrantes, previamente cadastrados pela Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

10.3.1. A relação dos nomes referidos no subitem 10.3. será publicada na Imprensa Oficial do Município, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para osorteio, para preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, nos termos do artigo 10, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal 12.232/2010.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

10.3.2. A relação prevista no subitem 10.3. conterá, separadamente, os nomes dos indicados à Subcomissão Técnica que mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, 06 (seis) membros, e daqueles que não mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em número de 03 (três).

10.4. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 10.3, mediante a apresentação à Comissão de Licitações de justificativa para a exclusão.

10.5. Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

10.6. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado.

10.6.1. Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no subitem 10.3.

10.6.2. Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

10.7. A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 10.3.1. e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

10.8. Os membros da Subcomissão, prevista no § 1º, Art.10, da Lei nº 12.232/10, não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas Técnicas e de Preços.

## **11. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

11.1. Para efeito de avaliação e classificação das Propostas Técnicas, a Comissão Permanente de Licitações, encaminhará os Invólucros nº 01, não identificados ao crivo e ao parecer da Subcomissão Técnica, formada nos termos do artigo 10 da Lei 12.232/10.

11.2. Para a adequada avaliação e classificação das Propostas Técnicas, ficam facultadas à Comissão Permanente de Licitações e a Subcomissão Técnica, o que segue:

- a) a solicitação, junto a quaisquer das licitantes, de informações e esclarecimentos complementares acerca de sua Proposta Técnica;
- b) a consulta a técnicos ou a especialistas, sempre que necessário.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

11.3. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas:

- a) Que não atenderem às exigências do presente Edital e/ou que apresentarem vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento ou o seu julgamento;
- b) Que forem subordinadas a quaisquer condições não previstas no presente Edital;
- c) Que não sejam corretas, concretas e exequíveis;
- d) Que obtiverem nota "0" (zero) em quaisquer dos 7 itens avaliados tecnicamente (itens 11.7.1 a 11.7.7);
- e) Que não atingirem a valoração mínima equivalente a 50 (cinquenta) pontos.

11.4. Será considerado como desatendimento da proposta aos termos do presente Edital, a não comprovação pela licitante da veracidade dos elementos informativos por ela prestados em sua Proposta Técnica ou a não apresentação de informações e esclarecimentos complementares satisfatórios, sempre que solicitados nos termos do item 11.2. deste Edital.

11.5. Não consistirá causa de desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da Proposta Técnica ofertada.

11.6. A Subcomissão Técnica apresentará Relatório fundamentado de seu trabalho, devidamente assinado por seus integrantes, atribuindo notas a todas as Propostas Técnicas apresentadas, conforme previsto e especificado no item 11.7. O relatório consistirá em:

- a) descrição exata da metodologia de trabalho adotada pela Subcomissão no julgamento das propostas em cada quesito, com indicação clara dos critérios adotados e respectiva pontuação atribuída;
- b) documentos individuais, relativos a cada membro da Subcomissão, com as notas atribuídas a cada quesito;
- c) resumo geral das notas finais de cada membro da Subcomissão para cada proposta.

11.7. Na avaliação e valoração de cada Proposta Técnica será considerada a linha de atuação desenvolvida, sendo certo que a mesma receberá o máximo de 200 (duzentos) pontos, distribuídos entre os diversos quesitos de julgamento, da seguinte forma:

11.7.1. - Capacidade de Atendimento (item 5.1.1.1.2).

Máximo de 30 (trinta) pontos, com as seguintes notas máximas:

- a) O tempo de experiência dos profissionais que compõem a equipe técnica mínima, em atividades publicitárias: 04 (quatro) pontos;
- b) A adequação das qualificações à estratégia de comunicação publicitária proposta, considerada, neste caso, também a quantificação dos quadros: 08 (oito) pontos;
- c) As instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis durante a execução do futuro contrato: 06 (seis) pontos;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

- d) As informações de marketing e comunicação a serem colocadas regularmente à disposição da Administração, sem ônus adicional, durante a vigência do futuro contrato: 04 (quatro) pontos;
- e) A operacionalidade do relacionamento entre a Prefeitura e a licitante, esquematizado na Proposta Técnica: 04 (quatro) pontos;
- f) A segurança técnica e operacional ensejada pelos procedimentos especificados na Proposta Técnica: 04 (quatro) pontos.

**11.7.2 - Repertório (item 5.1.1.1.3).**

Máximo de 20 (vinte) pontos, com as seguintes notas máximas:

- a) A idéia criativa e sua pertinência: 08 (oito) pontos;
- b) A clareza da exposição: 06 (seis) pontos;
- c) A qualidade da execução e do acabamento: 06 (seis) pontos.

**11.7.3. - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (item 5.1.1.1.4).**

Máximo de 20 (vinte) pontos, com as seguintes notas máximas:

- a) A concatenação lógica da exposição: 04 (quatro) pontos;
- b) A evidência de planejamento publicitário: 04 (quatro) pontos;
- c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução: 06 (seis) pontos;
- d) A relevância dos resultados apresentados: 06 (seis) pontos.

**11.7.4. - Plano de Comunicação Publicitária (item 5.1.1.1.1).**

Máximo de 130 (cento e trinta) pontos, com as seguintes notas máximas:

**11.7.4.1. - Raciocínio Básico (letra a.1 do item 5.1.1.1.1):**

40 (quarenta) pontos:

- a) A acuidade de compreensão das características da Prefeitura e das suas atividades que sejam significativas para a comunicação publicitária: 12 (doze) pontos;
- b) Da natureza, da extensão e da qualidade das relações da Prefeitura: 10 (dez) pontos;
- c) Do papel da Prefeitura no atual contexto social, político e econômico: 10 (dez) pontos;
- d) Do problema específico de comunicação da Prefeitura: 08 (oito) pontos;

**11.7.5. - Estratégia de Comunicação Publicitária (letra a.2 do item 5.1.1.1.1):**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

34 (trinta e quatro) pontos:

- a) A adequação do conhecimento e do partido temático propostos à natureza e à qualificação da Administração e a sua comunicação: 12 (doze) pontos;
- b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em sua defesa: 12 (doze) pontos;
- c) A riqueza de desdobramentos positivos desse conhecimento para a comunicação da Prefeitura com seus públicos: 10 (dez) pontos.

11.7.6. - Idéia Criativa (letra a.3 do item 5.1.1.1.1):

36 (trinta e seis) pontos:

- a) Sua adequação ao problema específico de comunicação da Prefeitura: 04 (quatro) pontos;
- b) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta: 04 (quatro) pontos;
- c) A cobertura dos segmentos de público ensejada por essas interpretações: 04 (quatro) pontos;
- d) A originalidade da combinação dos elementos que a constituem: 04 (quatro) pontos;
- e) A simplicidade de forma sob a qual se apresenta: 04 (quatro) pontos;
- f) Sua pertinência às atividades da Prefeitura e à sua inserção na sociedade: 04 (quatro) pontos;
- g) Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentados: 04 (quatro) pontos;
- h) A exeqüibilidade das peças: 04 (quatro) pontos;
- i) A compatibilização da linguagem das peças aos meios propostos: 04 (quatro) pontos.

11.7.7. - Estratégia de Mídia e Não Mídia (letra a.4 do item 5.1.1.1.1): 20 (vinte) pontos:

- a) O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos prioritários: 04 (quatro) pontos;
- b) A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos: 04 (quatro) pontos;
- c) A consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às alíneas "a)" e "b)", anteriores: 02 (dois) pontos;
- d) A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças: 04 (quatro) pontos;
- e) A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa: 03 (três) pontos;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

f) A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos próprios de comunicação da Administração: 03 (três) pontos.

**11.8. Forma de Classificação das Propostas Técnicas:**

11.8.1. Pontuação – A pontuação final de cada Proposta Técnica será definida pela soma das notas atribuídas a cada um dos quesitos relacionados no item 11.7. antecedente, no total de 200 (duzentos) pontos. Após a somatória das notas dos quesitos o total apurado será dividido por 2 (dois), alcançando assim a NFPT = Pontuação relativa à proposta técnica;

11.8.2. Classificação – As Propostas Técnicas que obtiverem a atribuição de nota ZERO em qualquer dos quesitos serão desclassificadas;

11.8.3. Na ordem de classificação será considerada a pontuação obtida pelas licitantes classificadas na Proposta Técnica.

a) Na hipótese de ocorrer empate que impossibilite a identificação automática das Propostas Técnicas classificadas, serão assim consideradas aquelas que obtiverem as maiores pontuações, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos itens: “Plano de Comunicação”, “Capacidade de Atendimento”, “Repertório” e “Soluções de Problemas de Comunicação”;

b) Persistindo o empate, será utilizada, para critério de desempate, a pontuação do item: “Estratégia de Comunicação Publicitária”, que melhor for considerada pela Comissão de Licitações.

**12. - DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO**

12.1. Na sessão pública designada pela Comissão de Licitações serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços.

12.2. Feita a classificação das Propostas de Preço, serão avaliadas e valoradas segundo os critérios abaixo:

A) percentual de desconto em decorrência dos trabalhos de criação e produção interna, aplicada sobre a Tabela Referencial de Custos Internos editada pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo(D1).

% DESCONTO	PONTOS
entre 15% até 40%	05
Acima de 40% até 45%	10
Acima de 45% até 50%	15
Acima de 50% até 55%	20
Acima de 55% até 60%	30

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Acima de 60%	40
--------------	----

B) percentual de honorários incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição proporcione o desconto de agência a ser concedido pelos veículos de divulgação (item 6.2.2) (D2);

% HONORÁRIOS	PONTOS
ACIMA DE 10%	0
entre 9,99% e 8,00%	10
entre 7,99 e 7,00%	15
entre 6,99 e 3,00%	20

C) percentual de honorários incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição NÃO proporcione o desconto de agência a ser concedidos pelos veículos de divulgação (item 6.2.3) (D3);

% HONORÁRIOS	PONTOS
ACIMA DE 10%	0
entre 9,99% e 8,00%	10
entre 7,99 e 7,00%	15
entre 6,99 e 5,00%	20

D) percentual de honorários sobre os custos comprovados de outros serviços incumbidos a terceiros, sob supervisão da licitante, observando-se que, os referidos honorários limitam-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento de serviços ou suprimentos (item 6.2.4) (D4):

% HONORÁRIOS	PONTOS
ACIMA DE 10%	0
entre 9,99% e 8,00%	5
entre 7,99 e 7,00%	10
entre 6,99 e 5,00%	15
Entre 4.99 e 1%	20

Será considerada a melhor proposta de preços aquela que atingir a maior pontuação através da fórmula abaixo:

$$NFPC = (D1+D2+D3+D4)$$

NFPC = Nota final da Proposta Preços.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**13. DA PONTUAÇÃO FINAL GERAL E CLASSIFICAÇÃO**

13.1. A Pontuação Final será obtida através da fórmula abaixo, conforme previsto no art. 46, parágrafo 2º, incisos I e II da Lei 8.666/93:

$$PF = (NFPT \times 0,6) + (NFPC \times 0,4).$$

**PF = Pontuação final.**

**NFPT = Pontuação relativa à proposta técnica. NFPC = Pontuação relativa à proposta de preços.**

13.2. Havendo empate, o desempate se dará através da atribuição da maior nota ao quesito da proposta técnica, na seguinte ordem:

a) Plano de Comunicação Publicitária;

B) Atendimento;

c) Repertório.

13.3. Após a utilização do critério de desempate, persistindo o empate, a decisão se fará através de sorteio.

13.4. Não se considerará qualquer oferta e vantagem não prevista no Edital, nem percentual de desconto ou vantagem, baseados em ofertas de outras licitantes.

13.5. Não se admitirá proposta que apresente percentual de preços e descontos simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

**14. DA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

14.1. Após a convocação das Agências classificadas no julgamento final das Propostas Técnica e de Preços, para apresentação do Invólucro nº 5, proceder-se-á a abertura do invólucro de documentação de habilitação os quais serão analisados e vistos pela Comissão de Licitações e pelos representantes das licitantes legalmente credenciados.

14.2. Com base nos documentos apresentados, a Comissão Permanente de Licitações inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido legalmente, pelo edital ou fazê-lo de maneira incompleta, incorreta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, em desacordo com este edital, ou com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

14.3. Na hipótese de todas as participantes serem inabilitadas ou todas as propostas serem desclassificadas e a critério da Comissão de Licitações, poderá ser concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para que apresentem nova documentação ou novas propostas, sanadas as causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**15. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

15.1. Superada a fase recursal, a Secretaria Chefe de Gabinete, procederá nos termos legais, a homologação do procedimento e a adjudicação do objeto da presente licitação à Agência melhor classificada, de acordo com as especificações e exigências do presente Edital e de acordo com a ordem e a forma de classificação prevista no item 13 e subitens do presente Edital.

**16. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

15.1. A presente Concorrência poderá ser invalidada, se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento e poderá ser revogada a juízo exclusivo da Prefeitura, caso seja julgada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, nos termos do artigo 49 “caput” da Lei federal 8666/93.

**17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e minutado o contrato, caberá à COPEL fazer a convocação desta para a formalização do compromisso.

17.2. À Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do contrato, contados do dia seguinte da data do recebimento da comunicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, procedendo a Prefeitura de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da referida Lei.

17.3. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, ou o não comparecimento para assinatura, neste mesmo prazo, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei federal 8666/93, com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, ressalvado o disposto no parágrafo único do Artigo 81 da mesma lei.

**18. DA GARANTIA DO CONTRATO**

18.1. Juntamente com a assinatura do contrato, a licitante vencedora da licitação obriga-se ao recolhimento do equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, podendo optar dentre as modalidades assecuratórias legalmente discriminadas no art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

18.2. A Contratada obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo de garantia oferecida, caso a mesma expire a sua validade antes do recebimento definitivo dos serviços.

18.3. Em havendo aditamento do valor contratual a empresa deverá proceder, em até 10 (dez) dias, o aditamento da garantia, de modo a manter-se a garantia inicial.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

18.4. A devolução da garantia oferecida pela Contratada será feita após o recebimento definitivo dos serviços desde que estejam cumpridas todas as obrigações pela mesma assumida, sem prejuízo das responsabilidades supervenientes.

18.4.1. A devolução da garantia não isentará a “CONTRATADA” das responsabilidades que lhe couberem, de ordem civil.

18.5. A garantia, recolhida em moeda corrente, será atualizada monetariamente de acordo com a variação do IPC/FIPE ou outro índice adotado em substituição deste, pelo Governo Federal, até a data de sua restituição à contratada.

18.6. Na hipótese da garantia oferecida vir a ser atingida em decorrência de conduta penalizadora aplicada à “CONTRATADA”, obriga-se a mesma, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que ocorrer a apropriação, a complementá-la, de modo a recompor o seu valor original.

18.6.1. Em não sendo possível tal providência, devido a modalidade de garantia efetuada pela CONTRATADA, poderão as multas ser descontadas dos valores que a CONTRATADA tenha a receber, correspondente à parcela contratual seguinte à lavratura da sanção, ressalvados os valores devidos a terceiros.

18.6.2. Caso o valor da multa ultrapasse o da garantia prestada, a diferença será descontada dos valores que a CONTRATADA tenha a receber, correspondente à parcela contratual seguinte à lavratura da sanção, ou ainda, cobrada judicialmente, ressalvados os valores devidos a terceiros.

## **19. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

19.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite contratual máximo de 60 (sessenta) meses, em havendo interesse entre as partes, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8666/93.

19.2. A presente contratação obedecerá as disposições específicas contidas na Lei Federal n.º 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto Federal n.º 57.690, de 01 de fevereiro de 1966, com as alterações do Decreto n.º 4.563, de 31 de dezembro de 2002 e nas Normas-Padrão da Atividade Publicitária, tuteladas pelo CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão, bem como no Código de Autorregulamentação Publicitária; na Lei Federal 12.232/10 e complementarmente na Lei Federal 8666/93.

19.3. Os serviços serão executados pela Contratada mediante ordem de serviço expedida por representação de autorização de serviço e/ou autorização de publicação pela respectiva Contratada para fins de avaliação pela Prefeitura. Qualquer alteração proposta pela Contratada na forma de apresentação dos documentos citados deverá ser previamente submetida à apreciação da COPEL.

19.4. Todo serviço a ser prestado pela Contratada deverá ser precedido da apresentação do competente Projeto de Apropriação de Custos, o qual, aprovado pela, gerará a expedição de

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Ordem de Execução de Serviços, onde constarão as especificações dos serviços (projeto executivo), preços (planilhas de custos) e os prazos de execução.

19.5. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições iniciais, acréscimos ou supressões, até o limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

19.6. Quaisquer acréscimos ou supressões de serviços pertinentes ao objeto licitado, somente poderão ser executados após prévia manifestação da Secretaria Chefe de Gabinete e da análise jurídica e financeira da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, devendo ser lavrado o respectivo Termo Aditivo ao contrato, nas situações admitidas pela lei 8.666/93 e suas alterações.

19.7 A Secretaria Chefe de Gabinete fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

19.8 A fiscalização será exercida pela Secretaria Chefe de Gabinete, que notificará a Contratada contra as falhas e irregularidades que verificar, as quais, se não forem sanadas, serão objeto de comunicado oficial, expedido pela Prefeitura à Contratada.

19.9 A Fiscalização por parte da Prefeitura não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários ou de seus prepostos na execução do contrato.

19.10 Durante a execução do contrato a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros decorrentes dos serviços por ela prestados.

19.11 Na execução dos serviços a Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer toda a mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços a ela afetos;
- b) Submeter-se a todos os regulamentos municipais em vigor;
- c) Refazer os serviços executados em desacordo com as determinações da Fiscalização e aqueles que apresentarem vícios, reconstituindo-os satisfatoriamente, sem mais ônus para a Prefeitura.

19.12 Todos os serviços realizados serão documentados através da apresentação dos respectivos comprovantes de veiculação, cópias das faturas e duplicatas quitadas, emitidas pelos fornecedores, nos prazos a seguir discriminados:

- a) Comprovantes de veiculação até 05 (cinco) dias úteis, antes do pagamento;
- b) Cópias das faturas e duplicatas quitadas emitidas pelos fornecedores, até 05 (cinco) dias úteis, após o efetivo pagamento.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

19.13 Os originais dos materiais desenvolvidos para a execução dos serviços (arte, VT, filmes, etc.) ficarão sob a guarda da respectiva contratada, mas deverá ser apresentada 01 (uma) cópia para o Departamento de Comunicação para comprovação da prestação do serviço e arquivo próprio.

19.14. Não poderá haver substituição na equipe técnica da Contratada, sem a prévia verificação de documentos, informações e aceitação pela Prefeitura, através do Departamento de Comunicação.

19.15. A Agência de Propaganda e Publicidade contratada deverá atuar na cidade de Ribeirão Pires, com estrutura técnica operacional compatível e suficiente para atender aos fins e objetivos do respectivo contrato, observada a agilidade, eficiência e prazos estabelecidos pela Prefeitura em prol dos interesses envolvidos.

19.16. A Contratada não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela Prefeitura, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

19.17. A contratada cede à Prefeitura, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das idéias (incluídos os estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato, ressalvados os direitos de terceiros.

19.17.1. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Contratuais.

19.18. A Prefeitura poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência do contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a Contratada, seus empregados, prepostos ou contratados.

19.19. A juízo da Secretaria Chefe de Gabinete, as peças criadas pela Contratada poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades integrantes da estrutura da administração pública municipal, sem que caiba à eles ou à Prefeitura qualquer ônus perante a contratada.

19.20. Nas contratações que envolvam direitos de terceiros, a Contratada, mediante prévia definição da Secretaria Chefe de Gabinete, poderá solicitar de cada contratado dois orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva, para que a Secretaria chefe de Gabinete escolha uma das opções.

19.21. Nos casos de cessão por tempo limitado, a Contratada utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o contratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pela Secretaria Chefe de Gabinete, em cada caso.

19.22. Quando optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a respectiva Contratada se obriga a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

terceiros – para a produção de campanhas, peças e materiais publicitários – cláusulas escritas que:

19.22.1. Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, e demais trabalhos assemelhados.

19.22.2. Estabeleçam que esta Prefeitura poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência do contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

19.23. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

19.24. Os direitos autorais, patrimoniais e conexos não serão devidos quando se tratar de “serviço de cópia”.

19.25. A Contratada se obriga a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

19.26. A Contratada se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

19.26.1. Que a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através do Departamento de Comunicação poderá solicitar, a qualquer tempo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias do material bruto captado, as quais deverão ser entregues em XDCAM, uma vez reembolsados os custos envolvidos.

19.26.2. A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material à Prefeitura, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência do contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

19.26.3. Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

19.27. A Prefeitura será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do cumprimento do contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

19.28. É garantido à Prefeitura o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à contratada, ou a terceiros, antes da assinatura do contrato.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

19.29. Fica garantida à Prefeitura a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

19.30. A PMETRP poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes do Poder Executivo Municipal. Nesses casos, quando couber, a Contratada ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos das peças e o submeterá previamente à aprovação do Departamento de Comunicação.

19.31. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo CONTRATANTE poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do art. 14 da Lei Federal 12.232/2010.

19.32. O fornecimento de bens ou serviços especializados na conformidade do previsto no item 19.31 exigirá sempre a apresentação pela Contratada ao contratante de 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

19.32.1. A Contratada procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização do contratante, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato.

19.32.2. O fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 9.412/2018 está dispensado do procedimento previsto no item 18.32.1.

19.33. Os custos e as despesas de veiculação apresentados à Contratante para pagamento deverão ser acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.

19.34. Pertencem à Contratante as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de agência de propaganda, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação.

19.35. As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgadas em sítio próprio aberto para o contrato na rede mundial de computadores, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

19.36. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

19.37. A Agência contratada deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

19.38. É facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por Agência de Propaganda, e os frutos deles resultantes constituem, para todos os fins de direito, receita própria da agência e não estão compreendidos na obrigação estabelecida no item 19.34.

19.38.1. A equação econômico-financeira definida na licitação e no contrato não se altera em razão da vigência ou não de planos de incentivo referidos no item 19.38, cujos frutos estão expressamente excluídos dela.

19.38.2. A Agência de Propaganda e Publicidade não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses dos contratantes, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

19.38.3. O desrespeito ao disposto no item 19.38.2 constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da agência contratada e a submeterá a processo administrativo em que, uma vez comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas no caput do art. 87 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

19.39. Para fins de interpretação da legislação de regência, valores correspondentes ao desconto-padrão de agência pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta de clientes anunciantes, constituem receita da Agência de Publicidade e, em consequência, o veículo de divulgação não pode, para quaisquer fins, faturar e contabilizar tais valores como receita própria, inclusive quando o repasse do desconto-padrão à Agência de Publicidade for efetivado por meio de veículo de divulgação.

## **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada incorrerá nas seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que tiver aplicado a sanção, a qual será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Prefeitura pelos prejuízos resultantes de sua atitude ilícita e após decorrido o prazo da eventual sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

d) Multas.

19.2. A multa pela recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato, dentro do prazo, com prorrogação estabelecida neste edital, será de 10% (dez por cento) do valor da proposta.

19.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, podendo a Prefeitura autorizar a continuação do mesmo.

19.4. Multa de 20% (vinte por cento), do valor da Ordem de serviço, por inexecução total do serviço constante da Ordem.

19.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor dos serviços em que ocorrer a infração, se o serviço apresentado for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela Prefeitura.

19.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

19.7. Constatada a multa por inexecução contratual ou de ordem de serviço, será a contratada intimada da intenção da Prefeitura quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 87, §2º e §3º da Lei 8.666/93.

19.8. Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da contratada quanto à aplicação da sanção, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 109, I, "f" da Lei Federal nº 8.666/93.

19.9. Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 03 (três) dias úteis a contar da intimação da contratada. À critério da Prefeitura e sendo possível, o valor devido será descontado da eventual garantia prestada, ou sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que porventura haja.

19.9.1. Não havendo tais possibilidades, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

19.10. As intimações dirigidas à Contratada serão feitas, a critério da Prefeitura, por carta, ou mediante publicação no órgão oficial do Município.

19.11. Além das previstas, poderão ser impostas à Contratada outras sanções, dentre as enumeradas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida, inclusive a rescisão do contrato, e a consequente perda da garantia oferecida, em caso de culpa pela rescisão contratual.

**20. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

20.1. A rescisão contratual se dará, nos termos do artigo 77, nos casos elencados no artigo 78, no modo estabelecido no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas pelos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

**21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

21.1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da data em que for atestada a prestação dos serviços, pelo Departamento de Comunicação, observada a legislação Municipal relativa ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

21.2. A atestação será efetivada no prazo máximo de 10 (dez) dias.

21.3. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação do IPC-FIPE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

21.3.1. Estão excluídos os atrasos motivados pela Contratada, independentemente de eventual prorrogação autorizada pela Prefeitura.

21.3.2. O pagamento ficará condicionado a comprovação da persistência das condições licitatórias de habilitação e qualificação a que alude o inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que consistirá na apresentação, de Certidões de Regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Municipal envolvidas, FGTS, CND e CNDT, que somente serão aceitos se dentro do prazo de validade neles assinalados.

21.3.2.1. As Certidões mencionadas neste item deverão ser apresentadas juntamente com a documentação fiscal para fins de pagamento e aferição pela Secretaria de Finanças e Administração.

21.3.2.2. A documentação fiscal para fins de pagamento, pela Contratada, deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado no contrato formalizado com esta Prefeitura.

21.3.2.3. A Contratada deverá indicar no documento o: nome do favorecido, banco (nome e número), a agência, o número da conta corrente da empresa, e o CNPJ.

**22. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

22.1. Os preços são fixos e irredutíveis, podendo haver revisão de valores caso ocorra alteração na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo vigente nas datas das respectivas emissões das Ordens de Serviço.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR DO CONTRATO**

23.1. Os recursos necessários para fazer frente às despesas da contratação, correrão por conta da dotação orçamentária, codificada sob n.º 3.3.90.39.00 (Outro Serviço de Terceiro - Pessoa Jurídica).

23.2. O valor estimado para a contratação para o período inicial de 12 (doze) meses é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

**24. DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Será considerado como domicílio legal, o foro desta Comarca de Ribeirão Pires, que as partes elegerão para quaisquer procedimentos relacionados com o processamento desta licitação, assim como com o descumprimento do contrato dela originado.

24.2. A participação nesta CONCORRÊNCIA implicará a aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e instruções, bem como normas gerais ou especiais aplicáveis.

24.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.4. A rescisão contratual se dará nos termos do artigo 77, nos casos elencados no artigo 78, no modo estabelecido no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

24.5. O Contrato que for firmado não poderá ser transferido no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da Contratante, sob pena de ser o mesmo rescindido automaticamente.

24.6. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando da respectiva habilitação, sob pena das sanções cabíveis.

**25. INFORMAÇÕES**

25.1. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). O envelope VIA NÃO IDENTIFICADA, estará disponível na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas dos dias úteis.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

### **Comissão Permanente de Licitações**

25.2. Quaisquer esclarecimentos ou informações relacionadas com o aspecto técnico dos serviços, ou sobre elementos informativos deste Edital, serão prestados pela Gerência de Suprimentos.

25.3. Os pedidos de impugnação ao Edital deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitações, dirigidos ao Presidente da COPEL, contendo a indicação do número do respectivo Edital, devendo ser protocolado/apresentado dentro do período de expediente administrativo (entre 08:00 e 17:00 horas em dias úteis): junto à Gerência de Suprimentos da Prefeitura ou de forma eletrônica através do e-mail: [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br), devendo-se observar o horário acima em qualquer caso e os seguintes prazos: a) até 5(cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, em sendo formulada por qualquer cidadão; b) até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, em sendo formulada pela Licitante. Deverá constar no pedido o endereço completo (rua/número/bairro/cidade/estado), telefone e e-mail para contato (e razão social completa e nº do CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica), bem como a identificação do responsável pelo pedido (contendo seu nome completo, nº de documento de identidade e nº do CPF).

25.4. Quaisquer esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação serão prestadas, mediante solicitação escrita formulada, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para entrega dos envelopes, de segunda à sexta-feira, dentro do período de expediente administrativo (entre 08:00 e 17:00 horas em dias úteis), em local descrito no item 25.3, ou de forma eletrônica através do e-mail: [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br). Não serão aceitos pedidos de informações ou questionamentos verbais. Todos os esclarecimentos ou informações referidas neste subitem deverão ser encaminhados à Comissão de Licitações, dirigida ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitações, contendo o respectivo número do Edital. Deverá constar na solicitação o endereço completo (rua/número/bairro/cidade/estado), telefone e e-mail para contato (e razão social completa e nº do CNPJ em se tratando de pessoa jurídica), bem como a identificação do responsável pelo pedido (contendo seu nome completo, nº de documento de identidade e nº do CPF).

25.5. Fica facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.6. Os pedidos de impugnação do edital deverão ser protocolados conforme item 25.3. e obedecerão ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 41, da Lei Federal nº 8.666/93.

25.7. Eventuais interposições de recursos contra decisões proferidas pela COPEL deverão ser protocoladas conforme item 25.3 e obedecerão ao disposto no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

26. Este edital é composto por 37 (trinta e sete) folhas, contemplando as condições do procedimento licitatório que, em conjunto com os elementos específicos contidos nos Anexos a seguir indicados, que o integram, regerão a presente licitação e posterior contratação.

Anexo I – “Briefing”

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Procuração

Anexo IV – Modelo de Declaração de Não Existência de Trabalho de Menores;

Anexo V – Modelo de Declaração (diversas);

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Anexo VI – Modelo de Termo de Desistência de Interposição de Recursos;  
Anexo VII – Minuta de Contrato;  
Anexo VIII - Termo de Ciência e Notificação.

Ribeirão Pires, 31 de julho de 2023.

**DOUGLAS MENEZES SOUZA**  
Presidente da COPEL

**VICENTE CARLOS DE SOUZA TITICO**  
Secretário Chefe de Gabinete



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **Comissão Permanente de Licitações**

### **ANEXO I - BRIEFING**

#### **A implantação do Programa Papel Zero e seus impactos no governo de Ribeirão Pires e no meio ambiente**

##### **Sobre Ribeirão Pires**

Fundada em 1953, Ribeirão Pires integra a região do Grande ABC. Localizada a 40km de São Paulo, tem suas águas e territórios protegidos pela Lei de Mananciais, o que propicia a convivência harmoniosa de sua vida urbana com a exuberante Mata Atlântica.

Atrativos como pesqueiros, chácaras, mirantes, parques, igrejas, feira de artesanatos e os mais diversos eventos que ocorrem durante todo o ano fazem de Ribeirão Pires uma excelente opção de lazer para pessoas de todas as idades.

Sua população é de 125.238 pessoas, de acordo com a estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021). A cidade possui área de 99,075 Km<sup>2</sup>.

##### **Sobre os cuidados com o meio ambiente**

Ribeirão Pires é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem pré-requisitos definidos por lei. Essa condição, reconhecida em 1998, garante recursos para a promoção do turismo local. Rica em atrativos culturais e naturais, a cidade é a única da Região Metropolitana de São Paulo com este título.

Nas últimas décadas, os cuidados com o meio ambiente foram levados para além do interesse turístico para, de fato, fazerem parte do cotidiano dos moradores. Isso se dá pelo trabalho em diversas frentes, com a ampliação das redes de água e esgoto, e no serviço de coleta de lixo, que atende 100% da cidade, além da preservação de áreas verdes.

##### **Problemas de comunicação**

Embora diversas ações efetivas de cuidados com o meio ambiente já tenham sido colocadas em prática nos últimos anos (inclusive estruturais), a população de Ribeirão Pires ainda carece de compreensão à exata dimensão do trabalho realizado pela Prefeitura no setor.

A implantação do Programa Papel Zero, além de dar celeridade e segurança nos processos governamentais, novamente traz o tema meio ambiente à tona na cidade, já que a digitalização de documentos gera grande economia de folhas de papel.

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **Comissão Permanente de Licitações**

Também inserido no Grande ABC, São Caetano do Sul implantou programa semelhante em 2020 e, somente no primeiro ano, deixou de imprimir cerca de 80 mil folhas de papel, número que se multiplica conforme o programa vai avançando a todas as Secretarias.

### **Desafios de comunicação**

O Papel Zero visa trazer grandes benefícios aos procedimentos administrativos da Prefeitura, entre eles a redução das horas trabalhadas em uma determinada tarefa, envio e recebimento de documentos de forma eletrônica (inclusive com assinatura digital) e o fim dos extravios de processos.

Dessa forma, a digitalização dos documentos garante maior agilidade, eficiência, economia e transparência na gestão pública. O que, na outra ponta, significa serviços mais rápidos prestados à população.

O desafio é traduzir todos esses benefícios junto à população ribeirão-pirense, evidenciando que o Papel Zero representa um claro avanço tecnológico do ponto de vista administrativo, mas, acima de tudo, traz o cuidado da Prefeitura com a preservação do meio ambiente.

A responsabilidade com o uso dos recursos naturais demonstra a preocupação da Prefeitura com o presente e com as futuras gerações. Portanto, a sustentabilidade também é uma das principais características do programa, que está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas).

E o Papel Zero também protege o passado, por meio da preservação da memória documental, assegurada pela digitalização dos documentos.

### **Orçamento**

R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

### **Duração da Campanha**

30 dias

### **Público-alvo**

Toda a população de Ribeirão Pires

### **Ações**

Criação de peças e materiais para veiculação em mídias impressa, eletrônica, digital, web, televisiva e OOH.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO II**

**Modelo de Proposta de Preços**

**(Nome da empresa licitante, a razão ou denominação social e endereço completo)**

**À**

**Prefeitura do Município de Ribeirão Pires**

**CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**Processo nº 1322/2023**

**Sessão Pública: 14/09/2023, às 09:00 horas**

**OBJETO:**

Contratação de agência de propaganda e publicidade, especializadas na prestação de serviços publicitários, destinados à Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, que possibilite o atendimento das políticas públicas do setor, relativas às campanhas institucionais, e de utilidade pública, compreendendo o estudo, a pesquisa, a concepção, a criação, a supervisão da produção, o planejamento de mídias publicitárias, o desenvolvimento e a execução de ações publicitárias e de outras ações destinadas a complementar os esforços de comunicação social, nos termos do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

<b>PROPOSTA DE PREÇO SUJEITO À VALORAÇÃO</b>	<b>DESCONTO E HONORÁRIOS %</b>
Desconto percentual, oferecido em relação aos seus <u>custos internos, baseados na tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo.</u>	

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Honorários percentuais a serem cobrados, incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição <u>proporcione o desconto de agência</u> a ser concedido pelos veículos de divulgação.	
Honorários percentuais a serem cobrados, incidentes sobre os custos comprovados de serviços de terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição <u>NÃO proporcione o desconto de agência</u> a ser concedido pelos veículos de divulgação.	
Honorários percentuais a serem cobrados, sobre os custos comprovados de outros serviços incumbidos a terceiros, <u>sob supervisão da licitante</u> , observando-se que, os referidos honorários limitam-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento de serviços ou suprimentos.	

**Declaramos expressamente que:**

- a) Os percentuais aqui ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos relativos aos serviços que nos são afetos em razão do objeto deste Edital, inclusive materiais de uso e consumo necessários à prestação dos serviços contratados, planejamento, orientação, criação, contratação de espaços para inserção de anúncios nos diversos meios de comunicação, controle de resultados, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital, no que nos for afeto, não cabendo à Prefeitura quaisquer custos adicionais relativos aos serviços que forem por nós prestados.
- b) Concordamos integralmente, e sem qualquer restrição, com as condições da presente licitação, expressa no Edital respectivo, bem como com as condições da contratação estabelecida no Invólucro N° 4 – Proposta de Preços;
- c) O compromisso de cessão definitiva, irrevogável e irretratável à Prefeitura dos direitos de uso dos trabalhos efetivados pela Agência, considerando-se já incluídos no custo de produção o valor dessa cessão, especialmente no que se refere aos direitos de autoria intelectual, ressalvados os direitos de terceiros;
- d) O compromisso de licenciamento de uso por no mínimo 6 (seis) meses, já incluído

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

no cachê, dos direitos de imagens (atores/atrizes e modelos), vozes, ou obras consagradas;

e) O compromisso de obter, junto a terceiros, fornecedores e veículos de divulgação, os melhores descontos praticados no mercado em cada ocasião; no caso de fornecedores, o compromisso de apresentar, 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos, cadastrados pela Prefeitura de Ribeirão Pires;

f) Garantimos a transferência ao Município de Ribeirão Pires de toda e qualquer vantagem obtida nas negociações de preços e/ou condições de pagamento junto a veículos e a fornecedores;

g) Os preços a serem praticados na execução dos serviços terão como parâmetro a Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo vigente nas datas das respectivas emissões das Ordens de Serviço;

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**NOME**

**IDENTIFICAÇÃO E INDICAÇÃO DO CARGO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO III**

**Modelo de Procuração**

**OUTORGANTE**

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc)

**OUTORGADO**

O representante devidamente qualificado

**OBJETO**

Representar o outorgante na Concorrência nº 003/2023

**PODERES**

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura dos invólucros contendo os documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto, negociar preços e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

**Local, data**

**EMPRESA**

**CARGO E NOME**

Observações: Se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada. Será necessário comprovar os poderes do outorgante para fazer a delegação acima.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENORES**

**À**

**Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**Concorrência N.º 003/2023**

Empresa..... inscrita no CNPJ .....por intermédio de seu representante o (a) Senhor(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade RG. .... e do CPF. ...., Declara sob as penas da lei:

Atendimento ao art. 27, inciso V da Lei 8.666/93: que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

( ) Ressalva: contrata menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. (em caso afirmativo, assinalar).

Ribeirão Pires, ... de ..... de 2023.

**CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO (diversas)**

**À**

**Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**Concorrência N.º 003/2023**

Empresa..... inscrita no CNPJ .....por intermédio de seu representante o (a) Senhor(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade RG. .... e do CPF. ...., Declara sob as penas da lei:

- a) Dispõe de possibilidade operacional para prestar os serviços no Município de Ribeirão Pires;
- b) Tem pleno conhecimento dos termos deste e que há perfeita condição para a execução dos serviços nele descritos;
- c) Não possui qualquer fato impeditivo para contratação com o serviço público.

Ribeirão Pires, ... de ..... de 2023.

**CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO VI**

**MODELO DE TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

CONCORRÊNCIA N.º 003/2023

Processo N.º 1322/2023

A Empresa (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n. \_\_\_\_\_ e com Inscrição Estadual n. \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, declara que desiste expressamente da interposição de recurso contra a fase de \_\_\_\_\_, referente à CONCORRÊNCIA N.º 003/2023, promovida pela Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires/SP.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

ANEXO VII  
**Minuta de Contrato**

**TERMO DE CONTRATO Nº ...../2023**

CONTRATO FIRMADO ENTRE A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES** E A AGÊNCIA ..... PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DESTINADOS À PREFEITURA, ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA N.º 003/2023 E PROCESSO DE COMPRAS N.º 1322/2023.

Por este instrumento, as partes, de um lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada por Vicente Carlos de Souza Titico, Secretário Chefe de Gabinete, em conformidade com a Lei Federal nº 12.232/2010 e, complementarmente pela Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro, a Agência ....., com endereço ....., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º ....., por seu representante legal abaixo nomeado, doravante designada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no Processo de Compras nº 1322/2023, e da Concorrência nº 003/2023, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos das disposições a seguir discriminadas:

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **Comissão Permanente de Licitações**

### **1- DO OBJETO**

1.1. **A CONTRATADA** obriga-se a executar para a **CONTRATANTE** a prestação de serviços publicitários, destinados à Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, que possibilite o atendimento das políticas públicas do setor, relativas às campanhas institucionais e de utilidade pública, compreendendo a prestação de serviços de publicidade elencados no item 1.1 e a execução de ações publicitárias e de outras ações destinadas a complementar os esforços de comunicação social, nos termos do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de acordo com sua proposta e rigorosamente dentro das especificações técnicas constantes do edital de Concorrência nº 003/2023 e seus anexos, os quais, para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente.

1.2. Considera-se, para fins deste contrato, como serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de difundir ideias ou informar o público em geral.

1.3. Poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto na cláusula 1.5 do presente contrato;
- b) à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.4. O presente contrato terá por objeto somente as atividades previstas nas cláusulas 1.2 e 1.3, vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza, as quais serão contratadas por meio de procedimentos licitatórios próprios, respeitado o disposto na legislação em vigor.

1.5. As pesquisas e avaliações previstas na alínea "a" da cláusula 1.3 do presente contrato terão a finalidade específica de gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da Prefeitura, o público alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças, aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

1.6. É vedada a inclusão nas pesquisas e avaliações de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação publicitária ou com o objeto do contrato de prestação de serviços de publicidade.

1.7. Não está contemplada no objeto desta licitação a divulgação de publicidade oficial, assim entendida a publicação de documentos e informações determinadas por força de lei ou regulamento veiculado na Imprensa Oficial (Editais, extratos de Contrato e outras publicações legais).

1.8. Os serviços objeto do presente Contrato abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, de caráter educativo, informativo e de orientação social.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

1.9. A CONTRATADA só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem da CONTRATANTE, se previamente os identificar e tiver sido expressamente autorizada.

1.10. A presente contratação obedecerá as disposições específicas contidas na Lei Federal n.º 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto Federal n.º 57.690, de 01 de fevereiro de 1966, com as alterações do Decreto n.º 4.563, de 31 de dezembro de 2002 e nas Normas-Padrão da Atividade Publicitária tuteladas pelo CENP – Conselho Executivo das Normas-Padrão, bem como no Código de Autorregulamentação Publicitária, e em especial nas Leis Federais nºs 12.232/10 e 8.666/93.

## **2- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite contratual máximo de 60 (sessenta) meses, em havendo interesse entre as partes, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8666/93.

## **3- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

3.1. Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** mediante ordem de serviço expedida pelo Departamento de Comunicação, e apresentação de autorização de serviço e/ou autorização de publicação pela **CONTRATADA** para fins de avaliação pela CONTRATANTE. Qualquer alteração proposta pela **CONTRATADA** na forma de apresentação dos documentos citados deverá ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE.

3.2. Todo serviço a ser prestado pela **CONTRATADA** deverá ser precedido da apresentação do competente Projeto de Apropriação de Custos, o qual, aprovado pela CONTRATANTE, gerará a expedição de Ordem de Execução de Serviços, onde constarão as especificações dos serviços (projeto executivo), preços (planilhas de custos) e os prazos de execução, estimativamente.

3.3. Quaisquer acréscimos ou supressão de serviços pertinentes ao objeto licitado, somente poderão ser executados após prévia manifestação da CONTRATANTE e da análise jurídica e financeira da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, devendo ser lavrado o respectivo Termo Aditivo ao contrato, nas situações admitidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

3.4. Durante a execução do contrato a **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros decorrentes, relativos aos profissionais por ela empregados nos serviços que lhe forem afetos.

3.5. Na execução dos serviços a **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) Fornecer a mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços que lhe incumbirem;
- b) Submeter-se a todos os regulamentos municipais em vigor;
- c) Refazer os serviços executados em desacordo com as determinações da Fiscalização e aqueles que apresentarem vícios, reconstituindo-os satisfatoriamente, sem mais ônus para a **CONTRATANTE**.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

3.6. Todos os serviços realizados serão documentados através da apresentação dos respectivos comprovantes de veiculação, cópias das faturas e duplicatas quitadas, emitidas pelos fornecedores, nos prazos a seguir discriminados:

- a) Comprovantes de veiculação até 05 (cinco) dias úteis, antes do pagamento;
- b) Cópia das faturas e duplicatas quitadas emitidas pelos fornecedores, até 05 (cinco) dias úteis, após o efetivo pagamento.

3.7. Os originais dos materiais desenvolvidos para a execução dos serviços (arte, VT, filmes, etc.) ficarão sob a guarda da **CONTRATADA**, mas deverá ser apresentada 1 (uma) cópia para o Departamento de Comunicação para comprovação da prestação do serviço e arquivo próprio.

3.8. Não poderá haver substituição nas equipes técnicas da **CONTRATADA**, sem a prévia verificação de documentos, informações e aceitação pelo **CONTRATANTE**.

3.9. A **CONTRATADA** deverá atuar na cidade de Ribeirão Pires, com estrutura técnica operacional compatível e suficiente para atender aos fins e objetivos do presente instrumento, observada a agilidade, eficiência e prazos estabelecidos pela Prefeitura em prol dos interesses envolvidos.

3.10. A **CONTRATADA** não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

3.11. A **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE**, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência deste contrato, ressalvados os direitos de terceiros.

3.11.1. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Contratuais.

3.11.2. A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência deste contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**, seus empregados, prepostos ou contratados.

3.11.3. A juízo da **CONTRATANTE**, as peças criadas pela **CONTRATADA** poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades integrantes da estrutura da administração pública municipal, sem que caiba a eles ou à **CONTRATANTE** qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

3.12. Nas contratações que envolvam direitos de terceiros, a **CONTRATADA**, mediante prévia definição da **CONTRATANTE** poderá solicitar de cada contratado dois orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva, para que a **CONTRATANTE** escolha uma das opções.

3.12.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, a **CONTRATADA** utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o contratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pela **CONTRATANTE**, em cada caso.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

3.13. Quando a **CONTRATANTE** optar pela execução de serviços com a cessão total e definitiva, a **CONTRATADA** se obriga a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para a produção de campanhas, peças e materiais publicitários – cláusulas escritas que:

3.13.1. Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, e demais trabalhos assemelhados.

3.13.2. Estabeleçam que esta **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência deste contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

3.14. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

3.15. Os direitos autorais, patrimoniais e conexos não serão devidos quando se tratar de “serviço de cópia”.

3.16. A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

3.17. A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

3.17.1. Que a **CONTRATANTE**, poderá solicitar, a qualquer tempo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias do material bruto, as quais deverão ser entregues em XDCAM.

3.17.2. A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material a **CONTRATANTE**, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência deste contrato e mesmo após eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

3.17.3. Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

3.18. A **CONTRATANTE** será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do cumprimento do presente contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

3.19. É garantido a **CONTRATANTE** o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à **CONTRATADA**, ou a terceiros, antes da assinatura do presente contrato.

3.20. Fica garantida à **CONTRATANTE** a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

3.21. A **CONTRATANTE**, poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes do Poder Executivo Municipal. Nesses casos,

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

quando couber, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos das peças e o submeterá previamente à **CONTRATANTE**.

3.22. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pela **CONTRATANTE** poderão fornecer à **CONTRATADA**, bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares na execução do objeto do contrato, nos termos do artigo 14 da Lei Federal 12.232/2010.

3.22.1. O fornecimento de bens ou serviços especializados na conformidade do previsto na cláusula 3.22 exigirá sempre a apresentação pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

3.22.2. No caso da cláusula 3.22.1, a **CONTRATADA** procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da **CONTRATANTE**, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, observado o disposto na cláusula 3.22.3.

3.23. Os custos e as despesas de veiculação apresentados a **CONTRATANTE** para pagamento deverão ser acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.

3.23.1. Pertencem a **CONTRATANTE** as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de agência de propaganda, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação.

3.24. As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgadas em sítio próprio aberto para o contrato na rede mundial de computadores, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

3.24.1. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

3.25. A **CONTRATADA** deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

3.26. É facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, e os frutos deles resultantes constituem, para todos os fins de direito, receita própria da agência e não estão compreendidos na obrigação estabelecida na cláusula 3.23.1.

3.26.1. A equação econômico-financeira definida na licitação e no contrato não se altera em razão da vigência ou não de planos de incentivo referidos no item 3.26, cujos frutos estão expressamente excluídos dela.

3.26.2. A agência de propaganda e publicidade não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da contratante, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

3.26.3. O desrespeito ao disposto na cláusula 3.26.2 constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da **CONTRATADA** e a submeterá a processo administrativo em que, uma vez comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas no caput do art. 87 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.27. Para fins de interpretação da legislação de regência, valores correspondentes ao desconto-padrão de agência pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta de clientes anunciantes, constituem receita da agência de publicidade e, em consequência, o veículo de divulgação não pode, para quaisquer fins, faturar e contabilizar tais valores como receita própria, inclusive quando o repasse do desconto-padrão à agência de publicidade for efetivado por meio de veículo de divulgação.

#### **4- DA FISCALIZAÇÃO**

4.1. A **CONTRATANTE** fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

4.2. A fiscalização será exercida pelo Departamento de Comunicação, que notificará à **CONTRATADA** contra as falhas e irregularidades que verificar, as quais, se não forem sanadas, serão objeto de comunicado oficial, expedido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

4.3. A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários ou de seus prepostos na execução do contrato.

#### **5- DA REMUNERAÇÃO E DOS PAGAMENTOS**

5.1. Pelos serviços prestados a **CONTRATADA** será remunerada conforme disposto na Proposta de Preços ofertada, inserta às fls. ....do Processo de Compras n.º 1322/2023.

5.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for atestada a prestação dos serviços, pelo Departamento de Comunicação, observada a legislação Municipal relativa ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN.

5.3. A atestação será efetivada no prazo máximo de 10 (dez) dias.

5.4. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação do IPC-FIPE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

5.4.1. Estão excluídos os atrasos motivados pela **CONTRATADA**, independentemente de eventual prorrogação autorizada pela **CONTRATANTE**.

5.5. Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar:



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

I - a correspondente nota fiscal que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome da CONTRATANTE, CNPJ/MF nº 46.522.967/0001-34, da qual constará o número deste contrato e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta.

II - a primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da **CONTRATANTE**.

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

5.6. A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da **CONTRATADA**:

I - execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do item 5.5.;

II - intermediação e supervisão, pela **CONTRATADA**, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do item 5.5.;

III - bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do item 5.5.;

IV - veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do item 5.5, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente nos termos do art. 15 da Lei nº 12.232/10.

5.7. Nos casos em que restar demonstrada, nos termos do item 5.6, inciso IV, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

a) TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

a1) como alternativa ao procedimento previsto na alínea “a”, a **CONTRATADA** poderá apresentar documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista na alínea “a” deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou a carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento ‘composto’ contenha todas as informações previstas na alínea ‘a’ deste item;

a2) como alternativa ao conjunto de documentos previstos nas alíneas “a” e “a1” deste item, a **CONTRATADA** poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

b) Mídia Exterior:

b1) Mídia Out Off Home: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b2) Mídia Digital Out Off Home: relatório de exibição, fornecido pela empresa que veiculou a peça, ou por empresa de checagem contratada, de que devem constar fotos por amostragem de no mínimo 20% (vinte por cento) dos monitores/displays programados, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3) Carro de Som: relatório de veiculação fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de GPS e fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3.1) Além disso, deverá ser encaminhada filmagem de aproximadamente 01 (um) minuto, de pelo menos 30% (trinta por cento) do total de veículos de divulgação contratados. O vídeo deve conter imagens dos veículos de som, onde seja possível identificar nome da campanha, áudio da peça veiculada e local popular que comprove a cidade onde foi realizada a veiculação;

c) Internet: relatório de gerenciamento fornecido por empresas de tecnologia ou relatório de veiculação emitido, sob as penas do art. 299 do Código Penal, pela empresa que veiculou a peça.

5.8. Cabe à **CONTRATADA** efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da **CONTRATANTE**, pela agência bancária pagadora.

5.8.1. A **CONTRATADA** informará à **CONTRATANTE** os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela **CONTRATANTE** e encaminhará relatório até o décimo dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

5.8.1.1. Os dados e formato dos controles serão definidos pela **CONTRATANTE**, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da **CONTRATANTE**, data do pagamento da **CONTRATADA**, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

5.8.2. O não cumprimento do disposto nos subitens 5.8. e 5.8.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da **CONTRATADA**, até que seja resolvida a pendência.

5.8.2.1. O não cumprimento do disposto nos subitens 5.8. e 5.8.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da **CONTRATADA**, até que seja resolvida a pendência

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

### **Comissão Permanente de Licitações**

5.8.2.2. Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem 5.8.2, a **CONTRATANTE**, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

5.8.2.3. Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a **CONTRATANTE** poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela **CONTRATADA**, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

5.8.3. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela **CONTRATADA**, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.9. A **CONTRATANTE** não pagará nenhum compromisso, assumido pela **CONTRATADA**, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

5.10. O pagamento ficará condicionado a comprovação da persistência das condições licitatórias de habilitação e qualificação a que alude o inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº 8666/93 com suas alterações, que consistirá na apresentação, de Certidões de Regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, e Municipal envolvidas, FGTS, CND e CNDT, que somente serão aceitos se dentro do prazo de validade neles assinalados.

5.10.1. As Certidões mencionadas neste item deverão ser apresentadas juntamente com a documentação fiscal para fins de pagamento e aferição pela Secretaria de Finanças e Administração.

5.10.2. A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado neste instrumento.

5.11. A **CONTRATADA** deverá indicar com a documentação fiscal o número de conta corrente e a agência respectiva, para fins de pagamento.

5.12. Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária.

### **6- DO REGIME DE PREÇO**

6.1. Os preços são fixos e reajustáveis, somente com base na atualização e alteração na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agência de Propaganda do Estado de São Paulo vigente nas datas das respectivas emissões das Ordens de Serviço.

### **7- DESCONTO DE AGÊNCIA**

7.1. Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

7.2. O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por conta e ordem **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

7.3. A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE** o valor correspondente ao desconto de agência a que faz jus, calculado sobre o valor acertado para cada veiculação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**8- DAS PENALIDADES.**

8.1. Pela inexecução parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

8.2. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução parcial do contrato, sobre a parcela inexecutada, podendo **A CONTRATANTE** autorizar a continuação do mesmo;

8.3. Multa de 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Serviço, por inexecução total do serviço constante da Ordem de Serviço;

8.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor dos serviços em que ocorrer a infração, se o serviço apresentado for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE.

8.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

8.6. O valor relativo às multas eventualmente aplicadas será deduzido de pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão da Guia de Arrecadação Municipal. Se não efetuado o pagamento será o valor inscrito na dívida ativa para cobrança judicial.

8.7. A CONTRATADA estará, ainda, sujeita às penalidades previstas no capítulo IV da Lei 8666/93, conforme a gradação da falta cometida, inclusive a rescisão do contrato e a consequente perda da garantia oferecida, em caso de culpa pela rescisão contratual.

**9- DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1. Em caso de ocorrência das hipóteses elencadas no inciso I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá ser rescindido unilateralmente este contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvados o contraditório administrativo e a ampla defesa, inclusive a comprovação de força maior elidente.

9.2. Nas demais hipóteses relacionadas no artigo 78, aplicar-se-ão as disposições específicas da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.

9.3. Na rescisão amigável, observar-se-á o disposto no inciso II e no parágrafo 1º do artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93

**10- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. **A CONTRATADA** promoveu o recolhimento da garantia de execução no valor de R\$ ....., referente a 5% do valor do contrato, à título de caução de execução, para o período de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 56, §1º da Lei federal 8666/93 e alterações posteriores.

10.2. **A CONTRATADA** obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo de garantia oferecida, caso a mesma expire a sua validade antes do recebimento definitivo dos serviços.

10.3. Em havendo aditamento do valor contratual a empresa deverá proceder, em até 10 (dez) dias, o aditamento da garantia, de modo a manter-se a garantia inicial.

10.4. Na hipótese da garantia vir a ser atingida em decorrência de conduta penalizadora, obriga-se a "CONTRATADA", no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que ocorrer a apropriação, a complementá-la e recompor o seu valor original.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**11- DO VALOR**

11.1. Dá-se ao presente ao contrato o valor estimado de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais).

11.2. As despesas decorrentes da execução dos serviços a que se refere este contrato correrão por conta das dotações orçamentárias n.ºs XXXX, para o exercício de 2023 dotações próprias para o exercício vindouro.

**12- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Este contrato regular-se-á pela Lei Federal n.º 12.232/2010 e Lei Federal 8.666/93 e demais diplomas específicos à natureza dos serviços.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições iniciais, acréscimos ou supressões, até o limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

12.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, quando da respectiva habilitação, sob pena das sanções cabíveis.

**13- DO FORO**

13.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2023.**

**VICENTE CARLOS DE SOUZA TITICO**  
Secretário Chefe de Gabinete

CONTRATADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços publicitários, destinados à Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, que possibilite o atendimento das políticas públicas do setor, relativas às campanhas institucionais e de utilidade pública.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA**  
**DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**Comissão Permanente de Licitações**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*